



**Abertura da 47ª Reunião Ordinária, Aprovação da Ata da reunião anterior:** a quadragésima sétima Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina foi aberta às quatorze horas, do dia vinte e cinco de abril de 2017, na sala de reuniões do segundo andar do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, pelo Secretário da Câmara, o Senhor Francisco Facundo, o qual informou aos membros que o Presidente desse Fórum Consultivo, o Senhor Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira, dirigiu correspondência ao Ministro Blairo Maggi, solicitando afastamento do encargo de Presidente desta Câmara Setorial, por motivos pessoais, acrescentando que o referido comunicado foi encaminhado aos membros deste colegiado no dia 05 do mês em curso, solicitando articulação dos mesmos para, em consenso, buscar a indicação de um nome para suceder o Sr. Luiz Claudio Paranhos. Facundo informou, também, que o Sr. Paranhos o solicitou que comunicasse sua ausência neste encontro. O Secretário esclareceu, ainda, que em casos de ausência do Presidente a uma determinada reunião, o Regimento Interno das Câmaras Setoriais e Temáticas deste Ministério, expressa que é necessária a indicação, pelo plenário, do nome de um membro do colegiado para presidir a reunião, tendo sido aprovado o nome do representante do CNPC, o Senhor Sebastião Guedes, para presidir esta reunião.

**Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara:** ato contínuo, o Presidente interino passou a palavra ao Secretário, Francisco Facundo, para apresentação dos Avisos e demais Informes. O Secretário cumprimentou a todos e discorreu sobre os itens a seguir: **Calendário de reuniões 2017:** confirmada a 48ª RO para 01/08, em Brasília/DF e a 49ª RO para 06/12, em Brasília/DF. **Relacionado ao Quadro de frequências das entidades no ano de 2016:** após debate entre os membros foi **decidido** que não haverá exclusão de nenhuma entidade, apesar da FAMASUL e MDIC apresentarem 3 ou mais faltas consecutivas, pois as mesmas manifestaram interesse em continuar participando. **Informes:** convite, da SMC/MAPA, para a 1ª reunião técnica sobre boas práticas operacionais no transporte marítimo de animais vivos, o qual foi recebido ontem da SMC/MAPA e repassado aos membros dessa Câmara. **Informativo ASPAR:** foi apresentado pelo Secretário aos membros, e ficará disponível no site do MAPA através do endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

**Sucessão da Presidência da Câmara Setorial: indicação de nome a ser submetido ao Ministro, para suceder o atual Presidente – Assessoria das Câmaras:** o Presidente da reunião, o Senhor Sebastião Guedes, informou a todos que a Câmara poderá encaminhar lista tríplice ao Ministro Blairo Maggi. Francisco Facundo esclareceu que, apesar da exigência do Regimento Interno, da indicação de lista tríplice, a atual Administração do MAPA orienta que poderá ser indicado somente um nome de consenso, caso o plenário opte por esta opção. Após os esclarecimentos em torno do tema, foram indicados 3 nomes: do Senhor Antonio Jorge Camardelli, representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC; do Senhor Mauricio Negreiros Velloso, representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG; e do Senhor André Ribeiro Bartocci representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL, que após breve discussão e manifestações de apoio aos indicados, **restou a decisão pela indicação de um único nome**, do Senhor Antonio Jorge Camardelli, a ser submetido à apreciação e designação do Presidente do CONSAGRO, o Ministro Blairo Maggi, para o encargo de Presidente da Câmara Setorial, pelos próximos 2 anos, em substituição ao senhor Luiz Claudio Paranhos.

**Apresentação e discussão sobre o Plano Estratégico 2017-2026 do PNEFA – DIFA/DSA/SDA/MAPA, Plínio Lopes, Auditor Fiscal Federal Agropecuário:** o Diretor do Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA, Sr. Guilherme Marques, iniciou a abordagem do tema, comentando que dentro da estratégia de revisão do Programa Nacional de Febre Aftosa – PNEFA o prazo para alcance das metas é em torno de 10 anos, enfatizando que há uma visão de futuro planejada



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas  
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina

de quando e como será realizada a retirada da vacinação, as quais sempre seguirão as normativas brasileiras e as normativas e protocolos internacionais. Finalizou seu relato esclarecendo que o DSA/SDA iniciou um projeto que será debatido e finalizado juntamente com os setores produtivos do agronegócio diretamente ligados ao assunto. Na sequência passou a palavra ao senhor Plínio Lopes, coordenador do PNEFA, que iniciou a apresentação sobre o Plano Estratégico do PNEFA, informando que hoje serão iniciadas as explicações e posteriormente haverá formações de Grupos de Trabalho para a continuação das ações do Plano, por meio das reuniões programadas para detalhar e ouvir os setores envolvidos. Salientou que será iniciada uma nova fase do PNEFA onde será dado início às discussões do Plano e captação de contribuições para elaborar a versão final. Esclareceu que com a execução do Plano, buscar-se-á questões como: consolidar a condição sanitária conquistada para febre aftosa, fortalecer as medidas de prevenção contra a doença, avançar com a zona livre de febre aftosa sem vacinação, para que alcance todo território nacional, e, por conseguinte, contribuindo para a sanidade dos rebanhos que compõem o patrimônio pecuário nacional. Para realizar a transição de status sanitário, serão considerados critérios técnicos, estratégicos, geográficos e estruturais dos rebanhos sendo a conjugação de esforços públicos e privados, a infraestrutura dos serviços veterinários e os sólidos fundamentos técnicos são a base para o sucesso do Plano em questão. Plínio enfatizou que houve a formação do Grupo de Trabalho constituído por portaria da SDA nº 80 de 22 de outubro de 2015 com os seguintes integrantes: SDA, SFA/GO, CIDASC/SC, IDARON/RO e PANAFTOSA contando também com o apoio da USP, CNA, ABCZ, ABIEC e SINDAN. Plínio ainda apresentou informações relacionadas ao histórico da doença e as ações que levaram aos trabalhos regionalizados onde permeou a eficácia da vacinação em pró do controle da doença com segurança. Disse que agora a promoção desse Plano com bases estratégicas e de estudos referentes aos riscos e gestão dos riscos culmina em uma próxima fase para prevenção da permanência de país livre de aftosa. Destacou que a participação do setor público e privado em conjunto é de suma importância para o alcance dos objetivos. O palestrante informou a todos que o Plano Estratégico do PNEFA se justifica pelas seguintes questões: Busca por novos mercados; Exigências sanitárias maiores; Evolução na situação sanitária; Referencial estratégico acordado e Questionamentos internacionais. Enfatizou que a metodologia estratégica para atendimento dos objetivos será a situacional onde visa conhecer e planejar para realizar o gerenciamento das demandas e a execução das ações. Relacionado ao cenário regional, Plínio informou que há zona livre sem vacinação em 1,1% do Território Nacional, sendo 2,0% do rebanho bovino nacional e 16,0% do rebanho suíno nacional. Já a zona livre com vacinação é verificada em quatro zonas regionais reconhecidas pela OIE, que somam 76,1% do território nacional e 97,0% do rebanho bovino nacional e as zonas não livres de vacinação são visualizadas em 22,8% do território nacional e 1,0% do rebanho bovino nacional. O palestrante apresentou os objetivos gerais e específicos, respectivamente, sendo geral a ação de criar e manter condições sustentáveis para garantir o status de país livre da febre aftosa e ampliar as zonas livres sem vacinação, protegendo o patrimônio pecuário nacional e gerando o máximo de benefícios aos atores envolvidos e à sociedade brasileira. E específicos: Tornar o país livre de febre aftosa sem vacinação com reconhecimento internacional, de forma gradativa e regionalizada; Fortalecer as medidas de prevenção e redução das vulnerabilidades para febre aftosa em todo país; Aprimorar as capacidades do SVO em todo país, priorizando as regiões mais vulneráveis; e Fortalecer as parcerias público-privadas, ampliando a participação comunitária no processo decisório e prevenção da doença. A gestão do Plano necessitará de comprometimento político, disponibilidade financeira, interação com partes interessadas e boa gestão do plano. O expositor ainda esclareceu a questão continental relacionada ao território brasileiro, e para estabelecer critérios para organização geográfica para a zonificação, onde serão verificadas as análises de distribuição espacial de rebanhos susceptíveis e movimentação animal, os indicadores de comércio de animais, os sistemas de produção e interesses comuns; às condições epidemiológicas externas; as barreiras geográficas e estruturas de fiscalização nas fronteiras e divisas e a capacidade operacional dos SVOs, juntamente com proposta de cronograma para transição entre as zonas com vacinação para



sem vacinação. Finalizando sua apresentação, informou que serão programadas reuniões com cada grupo específico para sugestões e detalhamento do Plano estratégico. Serão cinco grupos de debate onde o grupo 1 atenderá o serviço veterinário oficial nacional, o grupo 2 atenderá as entidades representativas do setor produtivo o grupo 3 atenderá entidades representativas da indústria de produtos e subprodutos de origem animal, e exportadora, o grupo 4 atenderá instituições de pesquisa, ensino e extensão e por fim o grupo 5 atenderá poder legislativo nacional. Concluída sua exposição, Plínio agradeceu a participação de todos, informando que o objetivo deste encontro foi trazer as informações aos membros da câmara, esclarecer dúvidas e solicitar contribuições do colegiado para o aperfeiçoamento da versão final do Planejamento Estratégico 2017-2026 do PNEFA, acrescentando que, o que se pretende, é que a câmara indique um responsável por inserir, até o dia 31.05.2017, as contribuições do respectivo colegiado no sistema eletrônico do Programa, para tanto, o indicado receberá uma senha enviada pelo DSA, que lhe permitirá acessar o sistema, eletronicamente, e inserir as contribuições até a data estabelecida. Ato contínuo, o Presidente do encontro propôs que a câmara indique um representante para ficar responsável por inserir as contribuições do respectivo colegiado no sistema, a partir das manifestações encaminhadas pelos membros do colegiado, conforme solicitado pelo Sr. Plínio. **Encaminhamento:** após discussão e deliberação sobre a matéria entre os membros foi constituído um GT para encaminhar, até o dia 31 de maio, via sistema informatizado, contribuições da Câmara Setorial (sugestões, críticas, comentários), visando aperfeiçoamento e, posteriormente, finalização do Plano e sua consequente aplicabilidade. O GT ficou constituído pelas seguintes entidades e respectivos representantes: CNPC, Sebastião Guedes; ABIEC, Carlos Franco; ABRAFRIGO, Paulo Mustefaga; FAEG, Mauricio Velloso; FAEP, Guilherme Mossa; SINDAN, Emilio Salani e SRB, Teresa Cristina Vendramini. O GT será coordenado pelo representante do CNPC. O senhor Plínio Lopes encaminhará instruções e senha de acesso ao sistema do PNEFA para o coordenador do GT e o coordenador do GT fará a inserção das contribuições da Câmara Setorial no sistema do PNEFA, até o dia 31.05.2017.

**Atualização sobre o funcionamento da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) - CGAI/SDA, Bernardo Medina, Auditor Fiscal Federal Agropecuário:** o Senhor Bernardo Medina, representante da Coordenação Geral de Articulação Institucional da CGAI/SDA/MAPA, comentou sobre a atualização do funcionamento da Plataforma de Gestão Agropecuária – PGA. Disse que são necessárias parcerias para a eficácia do PNEFA, sendo a PGA uma das ferramentas para auxílio. Enfatizou que a PGA integra as partes interessadas. Feitos esses comentários, passou a palavra ao Sr. Jessê Rovira, representante da Magna Sistemas, empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema da PGA, para continuar a apresentação, o qual informou que a PGA está em uso desde 2015, realizando a rastreabilidade do rebanho do país, da movimentação dos animais e da produção agrícola, salientando que a PGA dispõe de dados alimentados pelos estados, tornando a informação setorializada em um banco único de informações. Esclareceu que um dos desafios foi a padronização de regionalidades, estruturas epidemiológicas e etimologias em nível nacional. Em termos de alimentação de dados, esses poderão ser consultados e por todos os interessados, devido ao banco de dados de âmbito nacional e também alimentados pelos estados brasileiros. Relacionado ao trânsito nacional também há informações atualizadas em tempo real. O palestrante informou que praticamente todos os estados brasileiros já aderiram à PGA, enfatizando que na região norte do Brasil há alguns estados que necessitam aumentar sua na alimentação das informações, para isso já estão sendo feitos contatos junto as Secretarias de Agricultura Estaduais. Informou que Rondônia, em exemplo, está trabalhando a integração com a PGA, porém ainda não foi realizada a integração desse estado. Citou também Amazonas que está com situação parecida e Roraima iniciou um trabalho recente de envio dos dados. Apresentou os dados do Acre que já está integrado à PGA, inclusive com informações atualizadas. O palestrante ainda apresentou informações relacionadas ao layout da plataforma e ao novo formato de navegação, mostrando novas possibilidades de visualização e fornecimento dos dados e indicadores e



finalizou a apresentação comentando sobre um quadro para visualização do trânsito agropecuário, enfatizando que para o estado de Goiás ainda não há registrados de GTA's e solicitando aos membros da câmara que estimulem o órgão de defesa daquele estado a alimentar a plataforma. Plínio Lopes comentou que sobre o controle da movimentação animal e cadastro há atualização e integração dos dados, sendo necessário que as zonas com vacinação e sem vacinação devem ser conhecidas em âmbito nacional e por esse motivo a importância da integração da PGA junto ao PNEFA. O Secretário da Câmara Setorial, Francisco Facundo, indagou se essa ferramenta (PGA) será disponibilizada a todos os interessados ou ainda é de uso interno no MAPA, tendo o Medina respondido que por enquanto é de uso interno e ainda não tem previsão de ser disponibilizada ao público externo.

**Estratégia de vacinação e mudança na apresentação da vacina (composição e volume) contra Febre Aftosa, na visão do Serviço Oficial - DIFA/DSA/SDA/MAPA, Eliana Lara, Auditora Fiscal Federal Agropecuário:** Eliana Lara iniciou sua apresentação informando que abordará o tema relacionado as estratégias de vacinação contra febre aftosa no país e também a proposta de nova formatação para a composição e volume das vacinas utilizadas. Disse que inserido no contexto de plano estratégico a retirada gradual da vacinação contra a febre aftosa no Brasil e que as ações iniciais já foram realizadas, salientando que hoje é seguido calendário e estratégia para a vacinação, sendo que essas medidas são atualizadas com o passar dos anos. E que atualmente existem, no país, três estratégias diferentes para a vacinação, sendo desconsiderado o estado de Santa Catarina, que é zona livre de vacinação, o restante do país utiliza três outras estratégias, sendo a de maior utilização, pelas unidades federativas, a utilização da vacinação semestral em animais abaixo de 24 meses e vacinação anual acima dessa faixa etária. Os estados do Acre, Amazonas e Roraima apresentam outra estratégia de vacinação onde todos os animais são vacinados semestralmente, independente da faixa etária. No restante do país é utilizada a estratégia de vacinação que solicita que animais acima de 24 meses recebem somente uma vacina ao ano. Eliana esclareceu que as mudanças de estratégias proporcionam base para melhoria das zonas e possibilidades de início às zonas livres de vacinação. Sobre o pantanal do Mato Grosso, Marajó e Amapá enfatizou que é a única zona no país que ainda utiliza a vacinação em todos os animais, independe da idade, pois leva em consideração as características geoclimáticas. O estado do Acre apresentou planejamento para a faixa de fronteira com a Bolívia também havendo a possibilidade de mudança de estratégia de vacinação na região. Citou que também haverá possível mudança nos calendários de vacinação, de maio para novembro, para o estado de São Paulo. Relacionada a composição da vacina, a palestrante informou que essa passará de trivalente para bivalente, pois esse terceiro sorotipo foi erradicado em território nacional. Por esse motivo foi sugerida a supressão desse terceiro sorotipo. Junto a essa mudança também foi solicitado, pelo Departamento de Saúde Animal do MAPA, após estudos, que poderá ser realizada a redução da vacina de 5ml para 2 ml. Sobre o tema relacionado à composição e ao volume da vacina o Senhor Ricardo Pamplona, representante do Departamento de Insumos Pecuários – DFIP/SDA/MAPA, apresentou informações adicionais. Disse que está incluso no Plano do DSA/SDA/MAPA um novo produto, deixando claro que esse novo produto não causara atraso no cronograma já organizado pelo DSA. Enfatizou que deve haver uma interlocução junto as indústrias produtoras para as adequações da vacina. Esclareceu que a vacina trivalente brasileira foi padronizada em um nível de qualidade para atendimento das questões do país e graças a esse fator de qualidade houve a possibilidade de controle e erradicação da doença. Agora será iniciado um processo de modificação dessa vacina, com a retirada de um antígeno e redução da dose, o qual também passará pelas normas de conformidade para essa ação, com o objetivo de manter a qualidade e segurança junto as indústrias que produzem essa vacina, posteriormente essas vacinas passarão por testes para aprovação. Disse que para as empresas receberem a autorização para a produção dessa vacina será necessária a abertura de um processo administrativo, ressaltando que foi elaborada normativa para a análise desse processo, com definição dos procedimentos para avaliação e





validação das vacinas e que após a publicação dessa normativa o SINDAN realizará as primeiras amostras para testes.

**Apresentação do processo de alteração da vacina contra a Febre Aftosa, na visão da indústria – SINDAN, Emilio Salani:** o representante do SINDAN, Emilio Salani, apresentou a visão da indústria, informando que houve uma reunião junto ao DSA/SDA/MAPA para entender os motivos para a mudança da vacina. A palestrante informou que partir da decisão dessa mudança, a indústria já iniciou as pesquisas relacionadas a nova formatação da vacina, pois a indústria tem a visão que é necessária a colaboração junto as ações públicas para manutenção da defesa sanitária. Esclareceu que é importante que o imunógeno esteja adequado para que a nova vacina não interfira no sistema de vacinação. Salientou que a confecção da vacina para aftosa possui processo com 100% de rastreabilidade. Disse que a indústria somente solicita que seja avisada com no mínimo 24 meses de antecedência para iniciar os processos de redução da atividade, pois certamente isso implicará no fechamento de fábricas e demissões, pois há seis plantas no Brasil que fabricam unicamente essa vacina. Esclareceu que a padronização da vacina também é 100% e apresenta a metodologia de ELISA. Enfatizou que a redução do volume poderá ampliar melhoria na vacinação. Por fim, o palestrante informou que a retirada do terceiro vírus poderá ser realizada pela indústria imediatamente e salientou que a indústria espera do MAPA a demanda para essa retirada.

**Posicionamento da Câmara Setorial sobre as considerações, do GT, relativas a análise da resposta da SMC/MAPA, à proposta sobre Transporte Rodoviário de Cargas Vivas – Coordenador do GT, Bruno de Jesus:** o Secretário da Câmara, Francisco Facundo, lembrou que na última reunião deste colegiado foi debatido o tema, com a presença do representante da SMC/MAPA, Rodrigo Dantas, ocasião em que ficou acertada uma reunião do grupo de trabalho da câmara com a Equipe Técnica do MAPA responsável pelo Bem-Estar Animal, a qual foi realizada ainda em dezembro de 2016. Da referida reunião participou o coordenador do GT, Bruno de Jesus, visto que o Presidente, à véspera do encontro, comunicou impossibilidade de comparecer. Facundo concluiu, solicitando ao coordenador do GT que comentasse sobre o tema. Antes, porém, o representante da ABEG, senhor Gil Reis, apresentou histórico sobre o transporte de cargas vivas, enfatizando que foi montado um grupo de trabalho na Câmara para estudar o assunto e a melhor forma de trata-lo, seja como protocolo privado ou normativa do MAPA e propôs que seja criado um protocolo privado, como segunda opção, e que sejam encaminhados os estudos desse grupo de trabalho ao Ministro Blairo Maggi, para a tomada de decisões e encaminhamento a CTBEA. Na sequência, Bruno de Jesus comentou sobre a reunião com a Equipe da SMC/MAPA, observando que o referido encontro teve o objetivo de entender algumas questões e obter esclarecimentos a respeito dos dois regulamentos (um sobre o treinamento de condutores e outro que trata sobre os meios de transporte), acrescentando que houve análise das normativas e se chegou à conclusão que não há maiores preocupações, pois não será atribuída nenhum tipo de fiscalização sanitária ou bem-estar animal ao DENATRAN, sendo essas de competência do MAPA. O resultado dessa reunião, contendo a ata do encontro, bem como planilhas com os comentários pertinentes sobre cada assunto discutido, foi encaminhado pela Secretaria da câmara, em 03 de fevereiro, a todos os seus membros, para conhecimento e manifestações, e que, segundo o Secretário do colegiado, reiterada em 09.02, mesmo assim não foi recebida nenhuma manifestação a respeito. O Diretor do DSA/SDA/MAPA, Guilherme Marques, apresentou explicações sobre as competências do Departamento e da SMC/MAPA. **Decisão:** após debate em plenário foi aprovada a proposta defendida pelo GT, a qual será encaminhada ao MAPA, indicando que seja dado prosseguimento aos trâmites da normatização do tema em questão e solicitando que sejam ouvidas as duas áreas técnicas do MAPA envolvidas com o tema (SMC e DSA/SDA).

**Encerramento:** sem mais assuntos a serem tratados, o Presidente desta reunião agradeceu a



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas  
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina

participação de todos, e encerrou a reunião, e eu, Daniela F. Santana Amaral, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário da Câmara Setorial, Francisco Facundo. As apresentações realizadas nesta reunião, após autorização dos responsáveis, ficarão disponíveis no site do MAPA através do endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

RASCUNHO